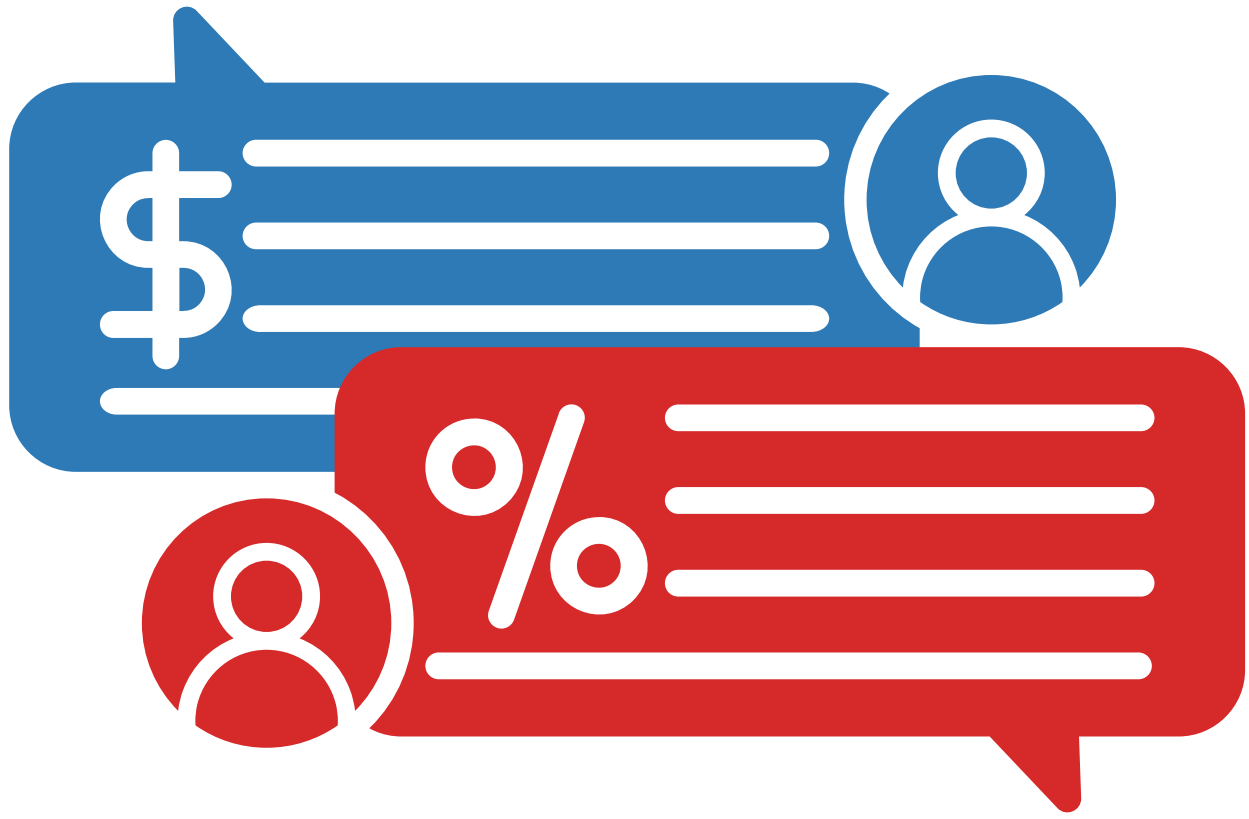
Sindicato dos Bancários CUT

Folha Bancária

São Paulo | Novembro de 2026 | Número 6.322

Negociações específicas seguem a todo vapor!



As negociações específicas por banco seguem ocorrendo por meio das comissões de representação dos bancários– no caso dos bancos privados, as COEs (Comissões de Organização dos Empregados); do BB, a CEBB (Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil); e, da Caixa, a CEE/Caixa (Comissão Executiva dos Empregados da Caixa).

Bancos Públicos

No caso do BB, a negociação sobre o custeio da Cassi avançou. O banco apresentou proposta de aporte extraordinário de R$ 2,288 bilhões, comprometendo-se a assumir 60% desse montante, o equivalente a aproximadamente R$ 1,373 bilhão. Os 40% restantes, correspondentes a R$ 915 milhões, seriam responsabilidade dos titulares do Plano de Associados.

Em relação à Caixa, a PLR, a PLR Social e o prêmio de R$ 3 mil foram pagos no dia 20 de outubro. O desafio agora é avançar na negociação específica do Saúde Caixa, para que seja estabelecido o formato de equalização do déficit do plano, que não foi especificado na sentença normativa do TST.

A greve deste ano evidenciou que os empregados da Caixa exigem respeito e respostas concretas para suas reivindicações. Nesse sentido, os GTs (Grupos de Trabalho) devem ter continuidade e cumprir seu papel de aprofundar os debates e construir soluções para os problemas enfrentados pelos empregados.

Bancos privados

Nos bancos privados – além da luta contra o fechamento de agências e corte de postos de trabalho, que ocorre de forma permanente – as negociações se relacionam especialmente aos programas próprios de remuneração variável, saúde e condições de trabalho.

No Bradesco, o destaque fica para a aprovação da renovação do Supera, pago no dia 18 de setembro junto com a PLR, e para a luta para que cada vez mais bancários sejam elegíveis aos programas. Recentemente, em nova reunião com o banco, foi garantido que mais 980 bancários de todo o Brasil, sendo 660 na base do Sindicato, também receberão o PPR em fevereiro, juntamente com a 2ª parcela da PLR. Ainda em novembro, os trabalhadores da base de São Paulo, Osasco e região participarão de assembleia para definir a inclusão dos mesmos no programa de PPR.

Já no Itaú, as principais reivindicações são relacionadas ao teletrabalho, ponto eletrônico, banco de horas, auxílio-educação e condições de trabalho. Entre os avanços, destaca-se a equiparação do formato de compensação do trabalho aos domingos com o realizado aos feriados. Ficou acordado que o trabalho aos domingos valerá duas vezes, tal como nos feriados.

Por sua vez, os bancários do Santander aprovaram, em assembleia realizada no dia 06/11, a proposta de acordo coletivo negociada pelo Sindicato, por meio da COE. O acordo garante avanços importantes para os trabalhadores, com destaque para a manutenção de um valor mínimo de R$ 3.880,84 no PPRS referente a 2026, evitando uma redução na participação nos resultados.

Outra conquista é a ampliação das oportunidades de qualificação profissional, com a oferta de 2.500 bolsas de estudo, que passam a contemplar também uma segunda graduação, pós-graduação e MBA, além de cursos em áreas como Inteligência Artificial e Ciência de Dados. Desse total, 10% serão reservadas para trabalhadores com deficiência (PCDs). O acordo também amplia a proteção a esses empregados ao garantir isenção de coparticipação no plano de saúde durante afastamentos previdenciários ou acidentários.

"A luta dos bancários não se encerra com o fim da Campanha Nacional. Ela é permanente e exige organização e mobilização. Seguimos juntos, avançando na luta por melhores condições de trabalho, saúde, emprego e valorização", diz a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

Assédio eleitoral é crime! Denuncie!

Encerradas as eleições, viralizaram nas redes vídeos de empresários e políticos incentivando que trabalhadores que apoiaram a reeleição do presidente Lula fossem demitidos ou nem sequer fossem contratados. Prática que configura assédio eleitoral.

Assédio eleitoral é utilizar posição de poder, hierarquia, autoridade ou força econômica para constranger, ameaçar, influenciar, induzir ou retaliar uma pessoa em razão de posicionamento político.

É um crime tipificado nos artigos 300 e 301 do Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965), com pena de até 4 anos de prisão e multa. A conduta pode gerar também punições na esfera trabalhista (danos morais, individuais e coletivos, além de reintegração).

Denuncie!

Se você sofreu assédio eleitoral, denuncie ao Sindicato no Canal de Denúncias (QR Code abaixo) ou através da Central de Atendimento (11 3188-5200). O sigilo é garantido.

SOFREU ASSÉDIO ELEITORAL? DENUNCIE!

O trabalhador também deve denunciar ao Ministério Público do Trabalho (MPT), no site www.mpt.mp.br, reunindo o máximo de provas como, por exemplo, mensagens, áudios, e-mails, comunicados e testemunhas.

"Ninguém pode ser coagido, discriminado ou penalizado em razão de posicionamento político. Este é um princípio da democracia. A quem comete assédio eleitoral, cabe responder por isso na Justiça. Dignidade é enfrentar acusações, se defender dentro do devido processo legal, provar a inocência ou arcar com as consequências. Não reconhecer e respeitar o resultado das urnas cabe apenas aos antidemocráticos e covardes", enfatiza a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.

Boicotes

Outra reação antidemocrática foi a divulgação de listas de boicotes, que reúnem estabelecimentos e prestadores de serviço que manifestaram posicionamento político. Apesar da divulgação não ser tipificada como crime, a princípio, pode acarretar em indenizações por dano moral e condenações por calúnia e difamação.

Solidariedade não cobra voto!

Mais uma atitude antidemocrática no período pós-eleição foi o fato de que algumas empresas divulgaram comunicados afirmando que, devido ao resultado eleitoral, interromperiam ações solidárias.

"É triste ver pessoas descontando sua frustração em quem eventualmente pensa diferente. O Sindicato, através do projeto Bancário Solidário, atende mensalmente cerca de 200 famílias, sem se importar com posicionamento político ou ideológico. Junte-se a nós nas ações solidárias, se sindicalize e fortaleça a luta em defesa dos direitos, por mais conquistas e valorização. Quando os trabalhadores se unem, coisas incríveis acontecem. Viva a democracia", conclui Neiva Ribeiro.

Para solicitar a caixa de arrecadação ou retirada de doações para a Campanha Bancário Solidário, o trabalhador pode entrar em contato com o Sindicato pelo telefone (11) 3188-5200 ou WhatsApp (11 99471-5422).



Participe da assembleia e eleja a delegação do 13º Congresso da FETEC-CUT/SP

A Federação dos Bancários da CUT de São Paulo (FETEC-CUT/SP) realizará o seu 13º Congresso Estadual nos dias 26, 27, 28 e 29 de novembro, na cidade de Atibaia.

Além de eleger a nova diretoria da Fetec-CUT/SP para o próximo período, bancários e financiários de todo o estado vão debater a conjuntura econômica e política do país, organização sindical, bancos públicos, emprego, saúde, condições de trabalho e estratégias de mobilização e luta em defesa dos direitos, por novas conquistas e valorização da categoria.

Em breve, o Sindicato vai anunciar a data e o formato da assembleia que vai eleger a delegação que representará os bancários e financiários de São Paulo, Osasco e Região no 13º Congresso Estadual da Fetec-CUT/SP. Fique atento ao site (www.spbancarios.com.br) e redes sociais (spbancarios) do Sindicato para mais informações.

"O Congresso da Fetec-CUT/SP, além de eleger a nova diretoria da entidade, é um importante espaço de troca de experiências e ideias para a construção permanente da nossa luta em defesa dos direitos, condições de trabalho, saúde e valorização dos bancários e financiários", enfatiza Neiva Ribeiro, presidenta do Sindicato.

Master, Ueno e a regulação do sistema financeiro

A quebra do banco digital Ueno, no Paraguai, que bloqueou contas e cartões de três milhões de clientes, 60% da população adulta do país, acende um alerta sobre a necessidade de regulação dos sistemas financeiros.

"A crise bancária no Paraguai acende um alerta sobre os riscos de um sistema financeiro que cresce sem a devida fiscalização. O Banco Central tem papel fundamental e obrigação de atuar para garantir transparência, fiscalizar as operações dessas instituições e assegurar que cumpram as regras do sistema financeiro. A inovação tecnológica e expansão dos bancos digitais não podem acontecer à custa da segurança da população. É responsabilidade dos órgãos reguladores prevenir irregularidades, investigar possíveis fraudes e responsabilizar quem coloca em risco o dinheiro dos correntistas, além dos empregos e direitos dos bancários", diz a presidenta do Sindicato, Neiva Ribeiro.



Agência do Ueno Bank fechada um dia antes da sua liquidação (Reprodução/Facebook)

O estrago do Ueno Bank

Além dos prejuízos com bloqueios das contas – cuja capacidade de cobertura do FGC paraguaio é incerta – o governo de Santiago Peña injetou US$ 850 milhões em recursos públicos no Ueno. O mesmo Peña era acionista da Ueno Holding e indicou para o BC paraguaio Carlos Spalding, presidente do Ueno entre 2021 e 2023.

Bancarização x Regulação

O Ueno foi responsável pela bancarização da população do Paraguai, país que, até pouco tempo, era conhecido pelo uso de dinheiro em espécie.

Para chegar a três milhões de correntistas, o Ueno contou com o processo de desregulamentação do sistema financeiro, que fez com que pudesse facilitar a abertura de contas e ofertar rendimentos altos.

Tal processo se assemelha ao implementado pelo ex-presidente do BC brasileiro, Campos Neto, indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que propiciou a ascensão do Banco Master e a explosão das fintechs no país, muitas envolvidas com crimes de lavagem de dinheiro e ocultação de patrimônio.

Em entrevista à Rádio Brasil de Fato, a economista e professora da Unicamp Marilane Teixeira afirma que casos como o do Ueno são uma oportunidade de repensar modelos de bancarização.

"[Os bancos digitais] ampliam a sua presença em um contexto em que oferecem muitas facilidades. Portanto, é fácil captar a sociedade, a opinião pública, principalmente as pessoas mais simples, que estão, às vezes, mais expostas a algum nível de vulnerabilidade, oferecendo menores taxas. Muitas vezes, você abre uma conta sem nenhum tipo de burocracia. Oferecem rendimentos que, depois, objetivamente não têm lastro (...) É um momento para repensar um pouco como esses sistemas operam e ampliar a regulação, o controle e a fiscalização", diz a economista.

Luta do Sindicato

Um novo marco regulatório do sistema financeiro brasileiro é uma bandeira de luta do Sindicato.

"Inclusão financeira precisa caminhar junto com proteção social. Não basta facilitar a abertura de contas, oferecer serviços e taxas atrativas. É preciso garantir que as instituições tenham solidez, transparência e sejam submetidas a uma fiscalização rigorosa. O BC não pode se omitir diante de irregularidades, como ocorreu na gestão de Campos Neto no caso Master. Proteger trabalhadores, correntistas e a poupança popular é essencial para a confiança no sistema financeiro", diz a presidenta do Sindicato

"É preciso que todos os atores do sistema financeiro sejam submetidos às mesmas regras regulatórias, fiscais e trabalhistas. É urgente que se faça justiça também aos trabalhadores de fintechs e outras instituições financeiras não bancárias, incluindo-os na categoria bancária, com direito às conquistas da nossa CCT", conclui Neiva Ribeiro.

Feijoada da Consciência Negra celebra ancestralidade no dia 14

O Sindicato convida bancários, familiares e amigos para a Feijoada da Consciência Negra, no dia 14 de novembro, das 12h às 20h, no Café dos Bancários (São Bento, 413, Centro). A atividade faz parte da programação do Mês da Consciência Negra e será um momento de celebração da cultura, ancestralidade e da força do povo negro.

Com o lema "Celebrar nossas raízes é honrar nossa história!", o encontro terá feijoada, bebidas e música ao vivo das 14h às 20h. Também haverá recreação para as crianças, garantindo diversão para toda a família.



Para participar, basta garantir o seu convite na plataforma de eventos do Sindicato: eventos.spbancarios.com.br.

A democracia se fortalece todos os dias



NEIVA RIBEIRO
Presidenta do Sindicato dos Bancários e Financiários de São Paulo, Osasco e Região

Uma eleição presidencial é uma decisão sobre o país que queremos construir, os direitos que estamos dispostos a defender e o futuro que desejamos entregar às próximas gerações.

Com o fim do processo eleitoral, começa uma nova etapa. O governo Lula tem a responsabilidade de governar para todos os brasileiros e brasileiras, independentemente de suas escolhas eleitorais. Os desafios exigem diálogo com a sociedade e uma agenda centrada na redução das desigualdades, na geração de empregos, na valorização do trabalho e na melhoria das condições de vida da população.

A redução das taxas de juros deve ser prioridade nessa agenda. Os juros elevados agravam o endividamento das famílias, comprometem a renda e limitam o consumo, os investimentos e a geração de empregos. A inclusão financeira deve significar autonomia, não endividamento permanente. O crédito deve abrir portas, não aprisionar famílias.

As perspectivas para o novo governo também passam pela regulamentação e implementação da reforma tributária, com justiça fiscal e redução das desigualdades. A regulamentação das redes sociais e o enfrentamento à desinformação precisam avançar, assim como as medidas pelo fim das bets, diante dos prejuízos das apostas à renda e à saúde da população.

É necessário colocar no centro do debate políticas que dialoguem com o bem-estar da sociedade, como a gratuidade do transporte público e a segurança pública comprometida com a proteção da vida e os direitos da população. O desenvolvimento das periferias deve contar com a participação de seus moradores, respeitando suas necessidades.

É nesse cenário que os Sindicatos assumem papel fundamental. Muito além da negociação salarial, são espaços de organização coletiva, formação política e defesa de direitos. Nossa atuação é indispensável para acompanhar o governo, cobrar compromissos e pressionar o Congresso Nacional pela aprovação das pautas dos trabalhadores.

Para o movimento sindical bancário, os desafios continuam: nos bancos privados, nossa luta permanece contra o fechamento de agências e postos de trabalho, a redução dos quadros de funcionários e a intensificação da sobrecarga sobre os trabalhadores que permanecem. Ao mesmo tempo, a imposição de metas cada vez mais abusivas, a pressão permanente por resultados e a aceleração dos processos de digitalização e automação têm transformado profundamente as relações de trabalho. Embora a tecnologia represente avanços para o setor, sua implementação, quando orientada exclusivamente pela redução de custos e pelo aumento do lucro, acaba ampliando a cobrança, o controle e a pressão sobre os bancários, contribuindo para o adoecimento físico e mental da categoria. A transformação digital do sistema financeiro deve vir acompanhada de responsabilidade social, valorização profissional e atendimento acessível e de qualidade.

O fortalecimento do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e das demais instituições financeiras públicas permanece no centro dessa agenda. São instrumentos estratégicos para financiar o desenvolvimento, oferecer crédito, executar políticas públicas e promover a inclusão financeira.

Defender a soberania e a democracia também exige reconhecer quem sustenta o país todos os dias e ampliar as oportunidades para jovens, garantir dignidade aos idosos e enfrentar as desigualdades que atingem as mulheres, inclusive nos espaços de decisão.

> *"Muito além da negociação salarial, sindicatos são espaços de organização coletiva, formação política e defesa de direitos. Nossa atuação é indispensável para acompanhar o governo, cobrar compromissos e pressionar o Congresso Nacional pela aprovação das pautas dos trabalhadores.*

Instituições democráticas fortes, informação de qualidade e participação popular são essenciais para transformar essas demandas em políticas concretas. Continuaremos nas ruas, nos locais de trabalho e nos espaços de negociação e mobilização, defendendo direitos e cobrando avanços sociais.

A eleição termina, mas a responsabilidade coletiva permanece. A democracia se fortalece na coragem de defender, todos os dias, um Brasil soberano, mais justo e com bancos e empresas públicas a serviço do desenvolvimento social, econômico e humano.

Folha Bancária
SPBANCARIOS.COM.BR

Filiado à CUT, Contraf e Fetec-SP. Presidenta: Neiva Ribeiro | Diretora de Imprensa: Erica de Oliveira
E-mail: folhabancaria@spbancarios.com.br | Redação: Spbancarios | Diagramação: Gabriel Hoewell
Sindicato: R. São Bento, 413, Centro-SP, CEP 01011-100, tel. 3188-5200

/spbancarios